



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Rua Presidente Kennedy, 20, São Sebastião, Brumadinho / MG. CEP: 35.460-000
CNPJ: 18.363.929/0001-40 Tel./Fax: (31) 3571 3008

Anexo 3: Política Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2005.

Dispõe sobre a política municipal de proteção, conservação, preservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no Município de Brumadinho e dá outras providências.

O povo do Município de Brumadinho, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º – Esta Lei estabelece a política municipal de proteção, conservação, preservação, controle, recuperação e melhoria do meio ambiente, de forma a harmonizar as atividades econômicas e sociais visando ao desenvolvimento sustentável, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Art. 2º – A política municipal de proteção, conservação, preservação, controle, recuperação e melhoria do meio ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, tem como objetivo assegurar a todos os habitantes do Município o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando-o como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e impondo ao poder público e à comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Art. 3º – A política municipal de proteção, conservação, preservação, controle, recuperação e melhoria do meio ambiente fica subordinada aos seguintes princípios fundamentais:

- I** – multidisciplinaridade no trato das questões ambientais;
- II** – efetiva participação do cidadão e das entidades da sociedade civil na defesa do meio ambiente;
- III** – integração permanente entre o Município, o Estado e a União;
- IV** – integração permanente com os municípios que formam a Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial com aqueles que são limítrofes ao Município de Brumadinho, no trato das questões ambientais e de saneamento básico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

V – prevalência do equilíbrio e da salubridade ambiental e da proteção aos ecossistemas naturais sobre ações e atividades realizadas por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

VI – reparação de dano ambiental decorrente de ação ou omissão de pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

Seção II
DOS CONCEITOS

Art. 4º – Para os fins previstos nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – *meio ambiente*: todo e qualquer espaço onde se desenvolvem as atividades humanas e a vida dos animais e vegetais;

II – *poluição ou degradação ambiental*: toda e qualquer alteração das características físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possa:

- a) prejudicar a saúde e o bem-estar da população;
- b) criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural;
- d) ocasionar danos relevantes ao acervo histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico do Município;

III – *fonte de poluição*: atividade, sistema, processo, operação, maquinaria, equipamento ou dispositivo, fixo ou móvel, que induza, produza ou possa produzir poluição;

IV – *agente poluidor*: pessoa física ou jurídica responsável por fonte de poluição;

V – *recursos naturais*: a atmosfera, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera;

VI – *poluente*: toda e qualquer forma de matéria ou energia que provoque poluição, nos termos deste artigo, em quantidade, em concentração ou com características em desacordo com as estabelecidas nas legislações federal e estadual que regem a matéria;

VII – *recursos ambientais*: os componentes naturais da litosfera, da atmosfera e da biosfera necessários à manutenção da vida no planeta;

VIII – *manejo ecológico*: conjunto de procedimentos relativos à conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais;

IX – *preservação*: manutenção de um ecossistema em sua integridade;

X – *conservação*: utilização equilibrada dos recursos ambientais, visando tanto a obstar o surgimento, a proliferação e o desenvolvimento de condições que possam causar danos à população ou ao meio ambiente, quanto a otimizar o aproveitamento daqueles recursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

XI – recuperação: restauração ou restabelecimento das condições naturais próprias dos recursos ambientais degradados;

XII – desenvolvimento sustentável: aquele que compatibiliza desenvolvimento econômico, social e ambiental e atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias;

XIII – licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual se licenciam a construção, a instalação, a ampliação, a modificação ou o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, respeitadas as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis a cada caso;

XIV – licença ambiental: ato administrativo que estabelece as condições, as restrições e as medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para construir, instalar, ampliar, modificar ou fazer funcionar empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

XV – licença prévia (LP): é aquela concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e os condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

XVI – licença de instalação (LI): é aquela que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

XVII – licença de operação (LO): é aquela que autoriza a operação do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, incluindo as medidas de controle ambiental e os condicionantes determinados para a operação;

XVIII – licença precária (LPr): é aquela concedida por prazo determinado, dependendo do cumprimento de condicionantes, antes da LO;

XIX – licença de operação corretiva (LOC): é aquela concedida para os empreendimentos instalados antes da vigência desta Lei.

Capítulo II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Seção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 5º – O Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) é constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pela proteção, conservação, defesa, controle, melhoria e recuperação do meio ambiente e da qualidade de vida no Município, na forma seguinte:

- I – Órgão consultivo, normativo e deliberativo: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA);
- II – Órgão executor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA);
- III – Órgãos municipais integrados;
- IV – Organizações colaboradoras.

Parágrafo único – Os órgãos e entidades que compõem o SIMMA atuarão de forma harmônica e integrada, sob a coordenação do órgão executor ambiental local.

Art. 6º – Compete ao Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) formular, planejar e executar a política de proteção, conservação, preservação, controle, recuperação e melhoria do meio ambiente.

§ 1º – No exercício da competência a que se refere o “caput” deste artigo serão utilizados, pelos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente, instrumentos e ações essenciais à consecução dos objetivos expressos nesta Lei.

§ 2º – Para fins do disposto no parágrafo anterior serão considerados essenciais os seguintes instrumentos e ações:

- I – planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- II – utilização adequada dos recursos ambientais, nos termos das leis que integram o Plano Diretor do Município;
- III – combate à poluição, sob qualquer de suas formas, através de informação, orientação, fiscalização e controle;
- IV – promoção da educação ambiental e sanitária, em todos os níveis de ensino e junto a associações comunitárias e outras entidades, através da realização sistemática de campanhas de esclarecimento e conscientização da comunidade capazes de capacitá-la à participação na defesa do meio ambiente;
- V – planejamento de diretrizes que garantam a infra-estrutura sanitária e as condições de salubridade das edificações e de vias e logradouros públicos;
- VI – planejamento e execução do plano diretor de arborização, áreas verdes e unidades de conservação do Município;
- VII – consórcio e outras formas de participação entre o poder público e a iniciativa privada para solução dos problemas ambientais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

VIII – compatibilização de atividades utilizadoras de recursos ambientais aos princípios expressos na legislação urbanística municipal;

IX – atendimento aos dispositivos integrantes de normas expressas nas legislações federal, estadual e municipal;

X – imposição de exigências capazes de garantir a segurança na armazenagem, no transporte e na manipulação de produtos, materiais e rejeitos perigosos e/ou tóxicos;

XI – adoção de medidas capazes de condicionar a implementação das políticas setoriais dos diversos órgãos à variável ambiental;

XII – compatibilização do exercício das atividades empresariais públicas e privadas com as normas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;

XIII – inclusão da proteção do meio ambiente no processo de desenvolvimento social, cultural e econômico do Município, especialmente em relação ao implemento do turismo;

XIV – criação de unidades de conservação, proteção integral e uso sustentável dos recursos ambientais;

XV – apoio às ações das vigilâncias sanitária, epidemiológica e ambiental.

Seção II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º – O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) é um órgão colegiado, consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, deliberativo e normativo, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, objeto de lei específica que lhe dá forma e constituição.

Seção III

DO ÓRGÃO EXECUTOR DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 8º – Como órgão executor da política ambiental no município de Brumadinho-MG, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) é responsável por sua execução, por seu controle e por sua operacionalização, possuindo para tanto as seguintes atribuições e competências, entre outras definidas em lei:

I – coordenar e articular as ações do Sistema Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho (SIMMA);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

II – planejar as diretrizes ambientais;

III – implementar as ações da política municipal de meio ambiente decididas, dentro de suas competências, pelo CODEMA;

IV – instituir normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso de recursos ambientais, conforme lei e regulamentos de lei e/ou deliberações normativas do CODEMA;

V – instruir o processo de licenciamento ambiental das atividades que, efetiva ou potencialmente, sejam capazes de afetar a qualidade ambiental, conforme o disposto nesta Lei e em outros instrumentos legais pertinentes, apoiando tecnicamente o CODEMA;

VI – fixar diretrizes ambientais para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos, ouvido o CODEMA;

VII – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município;

VIII – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

IX – promover, juntamente com as entidades públicas e da iniciativa privada, a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente;

X – definir e demarcar as áreas e os componentes representativos de todos os ecossistemas originais do espaço territorial a serem protegidos ou recuperados, bem como criar cinturões verdes em torno do perímetro urbano e dos leitos das estradas vicinais e rodovias, sendo neles vedada a construção de conjuntos habitacionais;

XI – analisar situação e preparar e fornecer parecer técnico e conclusivo quanto aos processos ambientais relativos ao uso da água, do solo, do ar, da fauna e da flora;

XII – elaborar e coordenar a criação da “Agenda 21” local;

XIII – promover a implantação de núcleos de apoio à política de preservação do meio ambiente (NUMAs) nas comunidades locais;

XIV – gerenciar o Fundo Municipal de Meio Ambiente, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros;

XV – apoiar as ações de organizações da sociedade civil cujos objetivos e princípios sejam os de preservação e recuperação do meio ambiente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

XVI – incentivar os proprietários rurais a declararem como unidades de conservação da natureza as suas áreas relevantes;

XVII – criar e coordenar o Sistema Municipal de Informações e Cadastros Ambientais, que incluirá:

- a) atlas ambiental;
- b) plano anual de defesa do meio ambiente;
- c) inventário de fauna e flora locais;
- d) inventário do patrimônio ambiental e ecológico;
- e) plano diretor de arborização, áreas verdes e unidades de conservação;
- f) cadastro técnico de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;

g) cadastro de pessoas físicas e jurídicas públicas e privadas que atuem na defesa ambiental;

XVIII – criar mecanismos de entrosamento com outras esferas do poder público que atuem na proteção do meio ambiente e áreas afins;

XIX – administrar, planejar, organizar, executar e controlar as atividades, a cargo do Município, relativas ao desenvolvimento e aproveitamento dos recursos naturais renováveis, colaborando com os órgãos federal e estadual no que for de suas respectivas competências;

XX – participar da elaboração, revisão e alteração do Plano Diretor do Município;

XXI – dar suporte técnico para a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XXII – exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, preservação, conservação e melhoria do meio ambiente e de inobservância de norma ou padrão estabelecido;

XXIII – “ecologizar” a administração pública municipal, no que se refere ao Executivo, respeitadas as competências das demais Secretarias.

Art. 9º – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), na execução do disposto nesta Lei, articular-se-ão com órgãos federais, estaduais e municipais que, direta ou indiretamente, exerçam atribuições de proteção, conservação, preservação e melhoria do ambiente, visando a uma atuação coordenada, resguardando-se as respectivas áreas de competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único – Para a realização de suas atividades, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável poderá utilizar, além dos recursos humanos de que dispõe, recursos de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, mediante convênios, contratos e credenciamento de agentes.

Capítulo III
DA POLUIÇÃO SONORA

Seção I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 10 – Para os fins previstos nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – *som*: fenômeno físico causado pela propagação de ondas mecânicas em um meio elástico, compreendidas na faixa de frequência de 16 Hz (dezesseis Hertz) a 20 kHz (vinte quilohertz), e capaz de excitar o aparelho auditivo humano;

II – *ruído*: mistura de sons cujas frequências não seguem qualquer lei precisa e que diferem entre si por valores imperceptíveis ao ouvido humano, sendo assim classificado:

a) *ruído contínuo*: aquele cujas flutuações de nível de pressão acústica são tão pequenas, que podem ser desprezadas dentro do período de observação;

b) *ruído intermitente*: aquele cujo nível de pressão acústica cai bruscamente ao nível do ambiente, várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém com valor constante e diferente daquele do ambiente seja da ordem de grandeza de um segundo ou mais;

c) *ruído impulsivo*: aquele que consiste em uma ou mais explosões de energia acústica, tendo cada uma duração menor do que cerca de um segundo;

d) *ruído de fundo*: todo e qualquer ruído que esteja sendo captado e que não seja proveniente da fonte objeto das medições;

III – *vibração*: oscilação ou movimento mecânico alternado de um sistema elástico, transmitido pelo solo ou por um meio qualquer;

IV – *decibel (dB)*: unidade de intensidade física relativa do som;

V – *nível de som (dB-A)*: intensidade do som, medida na curva de ponderação A definida na Norma NBR-7731 da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

VI – *nível de som equivalente (Leq)*: nível médio de energia sonora (medido em dB-A) avaliada durante um período de tempo de interesse;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

VII – *distúrbio sonoro e distúrbio por vibração*: qualquer ruído ou vibração que:

- a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar públicos;
- b) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;
- c) possa ser considerado incômodo;
- d) ultrapasse os níveis fixados em regulamento;

VIII – *limite real da propriedade*: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica da de outra;

IX – *serviço de construção civil*: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura;

X – *centrais de serviço*: canteiros de manuseio e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;

XI – *horários*, para fins de aplicação desta Lei, ficam assim definidos:

- a) diurno, entre 7 e 19 horas;
- b) vespertino, entre 19 e 22 horas;
- c) noturno, entre 22 e 7 horas.

Seção II
DAS OBRIGAÇÕES

Art. 11 – Fica proibido perturbar o sossego e o bem-estar públicos através de distúrbios sonoros, por vibrações de qualquer natureza e por detonação de explosivos, tomando-se como parâmetros as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do zoneamento procedido através de regulamento pela municipalidade e por normas estabelecidas pelas estâncias maiores.

Seção III
DOS NÍVEIS MÁXIMOS PERMISSÍVEIS DE RUÍDOS

Art. 12 – A emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades sociais, recreativas, industriais, comerciais e de prestação de serviços, inclusive de propaganda, obedecerá aos padrões e critérios das normas federais e estaduais existentes, e suas medições deverão ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do zoneamento procedido através de regulamento pela municipalidade.